

ANO I - EDIÇÃO Nº 8 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 18 de março de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 019/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e

Considerando a necessidade de preservação do funcionamento dos serviços essenciais e sem prejuízo das manifestações em processos de réu preso, audiências e serviços considerados urgentes;

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR facultativo o ponto, no âmbito deste Ministério Público Estadual, nos dias 23 e 24 de março de 2016 (quarta e quinta-feira), alusivos à Semana Santa.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 032/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço desenvolvido junto à 1ª Procuradoria-Geral de Justiça, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010123573201614, em 16 de março de 2016, da lavra da Exma. Procuradora de Justiça, Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães, anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Sheila Cristina Luiz dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 09/03/2016 a 26/03/2016, assegurando o direito de usufruto desses 18 (dezoito) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 16 de março de 2016.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 033/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço desenvolvido junto à 01ª Promotoria de Justiça de Dianópolis, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010123609201651, em 16 de março de 2016, da lavra do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Luiz Francisco de Oliveira, anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Janete de Souza Santos Intigar, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, marcadas anteriormente de 28/03/2016 a 11/04/2016, assegurando o direito de usufruto desses 15 (quinze) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 17 de março de 2016.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 03/2016/5ªPJ

INVESTIGANTE: Araina Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Inquérito Civil Público 17/2015

FATO(S) EM APURAÇÃO: Instaura Inquérito Civil Público com a finalidade de apurar eventuais atrasos dos laboratórios contratados pelo SUS para realizar exames clínicos e confeccionar seus laudos, bem como imprecisões dos resultados apresentados;

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína - TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 24 de fevereiro de 2016.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
1ª Procuradoria de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
2ª Procuradoria de Justiça
Corregedor-Geral do MPE

RICARDO VICENTE DA SILVA
3ª Procuradoria de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
4ª Procuradoria de Justiça
Ouvidor do MPE

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
5ª Procuradoria de Justiça
Subprocurador-Geral de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
6ª Procuradoria de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
7ª Procuradoria de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
8ª Procuradoria de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
9ª Procuradoria de Justiça
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
10ª Procuradoria de Justiça
Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
11ª Procuradoria de Justiça

ELAINE MARCIANO PIRES
12ª Procuradoria de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 01/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 024/2016.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigos 205, 129, II, III, da CF/88, Lei 11.494/2007 e ECA.

ORIGEM: Instauração de Ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa responsabilizar o Estado do Tocantins acerca das irregularidades detectadas durante vistoria realizada pelo CAOPJ nas escolas públicas estaduais da Comarca, na cidade de Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 03 de março de 2016.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 004/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, caput, 10º e 11º, caput, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0013

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a existência de eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelos investigados, tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 todos da Lei nº 8.429/92, consistentes em supostas ilegalidades na contratação das empresas Aliança Vistoria e Certificação Eletrônica Ltda. e Tocantins Vistoria e Certificação Eletrônica Ltda., respectivamente, para realização de vistoria veicular, sem o devido processo licitatório; analisar a legalidade da terceirização, a constitucionalidade e legalidade de licitar vistoria veicular, a constitucionalidade de delegação do poder de polícia e a legalidade dos valores colaboradores para vistoria veicular.

INVESTIGADO(S): empresa Aliança Vistoria e Certificação Eletrônica Ltda, empresa Tocantins Vistoria e Certificação Eletrônica Ltda e servidores públicos do DETRAN/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 04 de março de 2016.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 013/2016

FUNDAMENTOS: Lei nº 12.527/2011 e a Lei Complementar nº 101/2000.

ORIGEM: Ofício nº 004/2016 da Procuradoria-Geral de Contas.
 FATO(S) EM APURAÇÃO: Considerando o relatório da Controladoria Geral da União, o qual apontou irregularidades no portal da transparência do Município de Palmas, verifica-se a necessidade de averiguar possível violação à Lei nº 12.527/2011 que se destina a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública que se rege, dentre outros, pelos princípios da publicidade e eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal.
 INVESTIGADO(S): Município de Palmas/TO.
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 08 de março de 2016.

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, torna pública a instauração do presente Inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA nº. 01/2016 MP/23ª PJ

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 051/2008 e, por fim, artigos 4º, 22 e 39, incisos X e XI, da Lei nº. 8.078/90.

ORIGEM: Procedimentos Administrativos nº. 002/2005 e 030/2005.

FATO EM APURAÇÃO: Possível lesão aos direitos dos usuários do serviço público de fornecimento de água, saneamento básico e taxa de esgoto do Município de Palmas-TO.

INVESTIGADO: SANEATINS.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 2 de Março de 2016.

24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA 02/2016

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar.

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º da Constituição Federal de 1988; Artigo 14, §1º, da Lei n. 6.938/81 e Art.54, §2º, inciso V da Lei nº 9.605/98.

ORIGEM: Auto de Infração nº 1040/2016 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e Desenvolvimento Urbano.

FATO EM APURAÇÃO: Investigar dano ambiental relativo ao lançamento de resíduos líquidos (esgoto in natura) em Área de Preservação Permanente do Córrego Machado, proveniente do extravasamento da rede de esgoto no Setor Aurenny III, Avenida M com a Avenida L, Chácara 25, Palmas-TO.

INVESTIGADO: Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS (Odebrecht Ambiental - Saneatins), inscrita no CNPJ nº 25.089.509/0001-83 localizada na Quadra 312 Sul, Av. LO 05 (Antiga ASR SE 35 Gleba Área B), Plano Diretor Sul, Palmas-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 01 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA 003/2016

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar.

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º da Constituição Federal; Artigo 14, §1º, da Lei n. 6.938/81 e Art.54, §2º, inciso V da Lei nº 9.605/98.

ORIGEM: Auto de Infração nº 2726/2016 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e Desenvolvimento Urbano.

FATO EM APURAÇÃO: Investigar dano ambiental relativo ao lançamento de resíduos líquidos (esgoto) na Avenida NS 03 entre as Quadras 603 Sul e 605 Sul, Palmas-TO, atingindo Área de Preservação Permanente do Córrego Prata.

INVESTIGADO: Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS (Odebrecht Ambiental - Saneatins), inscrita no CNPJ nº 25.089.509/0001-83 localizada na Quadra 312 Sul, Av. LO 05 (Antiga ASR SE 35 Gleba Área B), Plano Diretor Sul, Palmas-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 01 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 004/2016

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar.

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º da Constituição Federal; Artigo 14, §1º, da Lei n. 6.938/81 e Art.54, §2º, inciso V da Lei nº 9.605/98.

ORIGEM: Auto de Infração nº 1039/2016 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e Desenvolvimento Urbano.

FATO EM APURAÇÃO: Investigar dano ambiental relativo ao lançamento de resíduos líquidos (esgoto), provenientes da Estação de Tratamento de Esgoto do Setor Santa Fé II, em Área de Preservação Permanente do Córrego Cipó.

INVESTIGADO: Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS (Odebrecht Ambiental - Saneatins), inscrita no CNPJ nº 25.089.509/0001-83 localizada na Quadra 312 Sul, Av. LO 05 (Antiga ASR SE 35 Gleba Área B), Plano Diretor Sul, Palmas-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 01 de março de 2016.

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 001/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thais Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Procedimento Administrativo nº 003/2015.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades na distribuição de casas populares nos Projetos Habitacionais do Município de Colinas/TO.

INVESTIGADO: Leandro Coutinho Noleto - Secretário de Habitação do Município de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 10 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que

qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 003/2016/ICP
INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.
ORIGEM: Notícia de Fato nº 122/2015.
FATO EM APURAÇÃO: Irregularidades no repasse por parte da Prefeitura do Município de Colinas para o IPASMU-CO – Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Colinas/TO.
INVESTIGADA: Prefeitura do Município de Colinas/TO.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 10 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 006/2016/ICP
INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.
ORIGEM: Procedimento Administrativo nº 003/2015.
FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades na distribuição de casas populares nos Projetos Habitacionais do Município de Colinas/TO.
INVESTIGADO: Leandro Coutinho Noleto - Secretário de Habitação do Município de Colinas do Tocantins/TO.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 10 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 008/2016/ICP
INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.
ORIGEM: Notícia de Fato nº 122/2015.
FATO EM APURAÇÃO: Irregularidades no repasse por parte da Prefeitura do Município de Colinas para o IPASMU – Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Colinas/TO.
INVESTIGADO: Prefeitura do Município de Colinas/TO.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 10 de março de 2016.

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARÁ

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotora de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 05/2016.

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.
FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 14/2008.
FATO(S) EM APURAÇÃO: condições de funcionamento dos açougues e matadouros localizados no Município de Guarai/TO.
ASSUNTO: DIREITO DO CONSUMIDOR (1156).
INTERESSADO(S): Município de Guarai/TO e a coletividade.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 15 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 06/2016
INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.
FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Protocolado n.º 12/2011.
FATO(S) EM APURAÇÃO: armazenamento inadequado de materiais destinados à reciclagem por parte do empreendimento DJ Reciclagem, em Guarai/TO.
ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ MEIO AMBIENTE (10110).
INTERESSADO(S): Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guarai – ACIAG e DJ Reciclagem.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 07/2016
INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.
FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 16/2008.
FATO(S) EM APURAÇÃO: licenciamento ambiental do Cemitério Municipal de Guarai/TO.
ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ MEIO AMBIENTE (10110)/ REVOGAÇÃO/CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL (10111).
INTERESSADO(S): Município de Guarai/TO.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 08/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 01/2009.

FATO(S) EM APURAÇÃO: existência de servidores contratados sem concurso público no Municipal de Guaraí/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/ VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014)/ SERVIDOR PÚBLICO CIVIL (10219)/ CONCURSO PÚBLICO / EDITAL (10370).

INTERESSADO(S): Município de Guaraí/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 09/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 07/2009.

FATO(S) EM APURAÇÃO: existência de irregularidades no Loteamento Nova Jerusalém (Residencial Lysam), localizado em Guaraí/TO.

ASSUNTO: ORDEM URBANÍSTICA (900131).

INTERESSADO(S): Município de Guaraí/TO, Lysam.X Empreendimentos Imobiliários Ltda – ME, Maria Madalena Barbosa da Silva, Domicio Silva Barbosa, Vicente Ferreira Lima, Norina Silva Barbosa, Rosa Aparecida de Jesus Silva e Waldemir Torres.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 10/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 09/2009.

FATO(S) EM APURAÇÃO: existência de edificações irregulares na Área de Preservação Permanente do Córrego Arturzinho (ou Córrego Santa Luzia), em Guaraí/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ MEIO AMBIENTE (10110)/ ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (900022).

INTERESSADO(S): Município de Guaraí/TO e Ildefonso Domingos Ribeiro Neto.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 11/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 10/2009.

FATO(S) EM APURAÇÃO: existência de edificações irregulares na Área de Preservação Permanente do Córrego Guarazinho (Simplicio), em Guaraí/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ MEIO AMBIENTE (10110)/ ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (900022).

INTERESSADO(S): Município de Guaraí/TO e Carlos Alberto Gomes Bezerra.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 16 de março de 2016.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 01/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 02/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9ª Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal n.º 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 095/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Entidades de Atendimento; Maus-tratos

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de negligência e maus-tratos por parte de funcionários da Casa de Passagem Criança Cidadã, no Município de Gurupi-TO, para com as crianças e adolescentes abrigados na respectiva Entidade de Acolhimento Institucional.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescentes de Gurupi-TO

REPRESENTADO: Casa de Passagem Criança Cidadã de Gurupi-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 04 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 04/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 02/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 03/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9ª Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal n.º 8.069/90.

Lei Federal nº 12.594/2012

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 11/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Entidades de Atendimento.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar ausência de infraestrutura na Unidade de Semiliberdade no Município de Gurupi/TO.

REPRESENTADO: Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 09 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 09/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 03/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 04/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9ª Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal nº 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 07/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Público e outras matérias de Direito Público; Serviços; Ensino Fundamental e Médio; Educação Pré-escolar; Transferência.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar reclamações de pais de alunos do Município de Gurupi-TO acerca de transferência irregular de estudantes e alteração repentina na rota do transporte escolar.

REPRESENTANTES: Valdir Rodrigues Mendes, Ana Maria Garcia de Souza Lacerda, Neuzá Aparecida Costa Assolari, Estelita Alves do Nascimento.

REPRESENTADO: Município de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 10 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 10/03/2017 (01 ano)

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 002/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Termo de declaração de Maria da Guia Rodrigues

FATOS EM APURAÇÃO: fornecimento de água no Município de Silvanópolis

INVESTIGADO: Agência Tocantinense de Saneamento

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional/TO, 22/02/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 003/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório 001/2013.

FATOS EM APURAÇÃO: venda de polpa imprópria para consumo.

INVESTIGADO: Manoel da Costa Arruda.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional/TO, 08/03/2016.

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 026/2016-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Peças de Informações n. 12/2014, de 30 de abril de 2014

FATOS EM APURAÇÃO: atual situação do quadro geral de servidores públicos efetivos, comissionados e eventuais contratados sem concurso público no Poder Legislativo de Porto Nacional, e a sua compatibilidade com a regra constitucional prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988

INVESTIGADO: Município de Porto Nacional

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 027/2016-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 39/2015, de 28 de maio de 2015

FATOS EM APURAÇÃO: possível ilegalidade e prática de ato de improbidade administrativa na conduta do então prefeito de Monte do Carmo, Gilvane Pereira Amaral, que teria deixado de atender integralmente solicitação de documentos públicos formulada por Vereador daquele município

INVESTIGADO: Gilvane Pereira Amaral

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 028/2016-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
 ORIGEM: Peças de Informações n. 12/2014, de 30 de abril de 2014
 FATOS EM APURAÇÃO: atual situação do quadro geral de servidores públicos efetivos, comissionados e eventuais contratados sem concurso público no Poder Legislativo de Santa Rita do Tocantins, e a sua compatibilidade com a regra constitucional prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988
 INVESTIGADO: Município de Santa Rita do Tocantins
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
 PORTARIA N.: 030/2016-5ª PJP
 INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
 ORIGEM: Peças de Informações n. 12/2014, de 30 de abril de 2014
 FATOS EM APURAÇÃO: atual situação do quadro geral de servidores públicos efetivos, comissionados e eventuais contratados sem concurso público no Poder Legislativo de Porto Nacional, e a sua compatibilidade com a regra constitucional prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988
 INVESTIGADO: Município de Porto Nacional
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
 PORTARIA N.: 031/2016-5ª PJP
 INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
 ORIGEM: Peças de Informações n. 12/2014, de 30 de abril de 2014
 FATOS EM APURAÇÃO: atual situação do quadro geral de servidores públicos efetivos, comissionados e eventuais contratados sem concurso público no Poder Legislativo de Silvanópolis, e a sua compatibilidade com a regra constitucional prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988
 INVESTIGADO: Município de Silvanópolis
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
 PORTARIA N.: 032/2016-5ª PJP
 INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993;

artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
 ORIGEM: Peças de Informações n. 12/2014, de 30 de abril de 2014
 FATOS EM APURAÇÃO: atual situação do quadro geral de servidores públicos efetivos, comissionados e eventuais contratados sem concurso público no Poder Legislativo de Brejinho de Nazaré, e a sua compatibilidade com a regra constitucional prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988
 INVESTIGADO: Município de Brejinho de Nazaré
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
 PORTARIA N.: 033/2016-5ª PJP
 INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
 ORIGEM: Peças de Informações n. 12/2014, de 30 de abril de 2014
 FATOS EM APURAÇÃO: atual situação do quadro geral de servidores públicos efetivos, comissionados e eventuais contratados sem concurso público no Poder Legislativo de Oliveira de Fátima, e a sua compatibilidade com a regra constitucional prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988
 INVESTIGADO: Município de Oliveira de Fátima
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
 PORTARIA N.: 034/2016-5ª PJP
 INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
 ORIGEM: Peças de Informações n. 12/2014, de 30 de abril de 2014
 FATOS EM APURAÇÃO: atual situação do quadro geral de servidores públicos efetivos, comissionados e eventuais contratados sem concurso público no Poder Legislativo de Monte do Carmo, e a sua compatibilidade com a regra constitucional prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988
 INVESTIGADO: Município de Monte do Carmo
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
 PORTARIA N.: 035/2016-5ª PJP
 INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Peças de Informações n. 12/2014, de 30 de abril de 2014
FATOS EM APURAÇÃO: atual situação do quadro geral de servidores públicos efetivos, comissionados e eventuais contratados sem concurso público no Poder Legislativo de Ipueiras, e a sua compatibilidade com a regra constitucional prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988
INVESTIGADO: Município de Ipueiras
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a

melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 036/2016-5ª PJP
INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
ORIGEM: Peças Informativas n. 23/2010, de 25 de março de 2010
FATOS EM APURAÇÃO: eventuais irregularidades relacionadas ao descumprimento de carga horária no desempenho de cargo de médico legista em Porto Nacional, no ano de 2010, pelo servidor Charlston Cabral Rodrigues, já que o mesmo laboraria em outros locais
INVESTIGADO: Charlston Cabral Rodrigues
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de março de 2016

**QUEREMOS
OUVIR VOCÊ!**

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575
 www.mpto.mp.br
 ouvidoria@mpto.mp.br